



CLIPPING INTERNET
12/12/2019 ATÉ 12/12/2019



INDÍCE

1	DECISÕES	
	1.1 BLOG DANIEL MATOS.....	1
	1.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	2
	1.3 BLOG IRMÃO INALDO.....	3
	1.4 SITE O PROGRESSO.....	4
2	DESEMBARGADOR	
	2.1 BLOG DO ACÉLIO.....	5
	2.2 BLOG MARCO SILVA.....	6
	2.3 BLOG RICARDO MARQUES.....	7
3	PRECATÓRIOS	
	3.1 BLOG MARDEN RAMALHO.....	8
4	PRESIDÊNCIA	
	4.1 BLOG DO MELQUIADES GOMES.....	9
	4.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	10
	4.3 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	11
	4.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	12 13
	4.5 SITE O PROGRESSO.....	14
5	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	5.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	15
6	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	6.1 SITE O PROGRESSO.....	16

STF anula determinação do CNMP que submetia ao TJ-MA decisão do procurador-geral de Justiça

Por Daniel Matos • quarta-feira, 11 de dezembro de 2019 às 19:10

Ministro do STF Luiz Fux derrubou determinação do CNMP

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) anulou, nesta terça-feira (10), determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) de submeter ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) decisão do procurador-geral de Justiça do estado de arquivar os autos de um procedimento investigativo criminal (PIC). O ministro Luiz Fux, relator do Mandado de Segurança (MS) 34730, observou que não há previsão legal para que a determinação do procurador-geral seja submetida ao controle do Judiciário. “Se houver irresignação contra o arquivamento, a última palavra é do procurador-geral de Justiça” afirmou.

Para o ministro, o arquivamento de PIC determinado pelo procurador-geral de Justiça não necessita de prévia submissão ao Judiciário, pois pode ser revisto caso apareçam novos meios de prova, ou seja, não acarreta coisa julgada material. Ele observou que, como o procurador é a autoridade própria para aferir a legitimidade do arquivamento desses procedimentos, não há motivo para que sua decisão seja objeto de controle jurisdicional.

O ministro ressaltou ainda que a decisão de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informações determinada pelo procurador-geral nos casos que sejam de sua atribuição originária pode ser revista pelo Colégio de Procuradores, mediante recurso dos legítimos interessados, conforme prevê a Lei Orgânica do Ministério Público (Lei 8625/1993). Entretanto, nas hipóteses em que não sejam de competência originária do procurador-geral, aplica-se a norma do Código de Processo Penal (artigo 28) que desobriga o encaminhamento dos autos ao Judiciário.

Confira aqui o processo relacionado ao caso.

Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF)

Desembargador diz que foi induzido a erro por Expedito, muda decisão e mantém Leonel na presidência

O desembargador Guerreiro Júnior, do Tribunal de Justiça do Maranhão, após provocação do advogado de Horácio Maciel, autor da ação que derrubou Expedito da presidência, reviu seu posicionamento.

Ele diz, em nova decisão, que foi induzido a erro por Expedito, algo que o fez ignorar a existência de uma decisão proferida por sua colega de tribunal, a desembargadora Cleonice Silva Freire, a quem competia julgar um recurso ainda pendente (agravo interno).

Nas visão de Guerreiro Júnior, Expedito omitiu (escondeu) esta informação e o fez emitir uma liminar de maneira errada.

Assim entendendo, mandou agora suspender a própria liminar e, desta forma, permanece intacta a decisão de Dra. Cleonice Freire, aquela que afasta Expedito CARNEIRO da presidência da Câmara.

Judiciário empossa Mesa Diretora para mandato tampão Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, Lourival Serejo e Marcelo Carvalho Silva, tomaram posse, nesta quarta-feira (11), nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente. Na solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, foi empossado pelo decano da Corte de Justiça, desembargador Bayma Araújo, fato inédito no Poder Judiciário. A Mesa Diretora ? mantida com os atuais membros dirigentes do biênio 2018/2019 ? foi eleita no dia 20 de março, por unanimidade, pelos desembargadores da Corte estadual, para mandato tampão de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020. Na solenidade, os desembargadores eleitos prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano, desembargador Bayma Araújo. Os termos de posse foram lidos pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão. Na oportunidade, o desembargador Bayma Araújo, afirmou que "se trata de uma data importante para a Justiça no Estado, uma vez que, com a permanência dos membros dirigentes, será possível garantir a continuidade a uma gestão institucional que até agora se mostrou profícua e positiva para a sociedade e para a Justiça maranhense?. MANDATO TAMPÃO eleição excepcional da Mesa Diretora do Poder Judiciário para o mandato tampão ocorreu conforme o que está estabelecido no Edital nº 1/2019, na forma do artigo 102, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura (Lomam). O pleito foi realizado por votação secreta, com a presença de 23 desembargadores, que mantiveram os ocupantes da Mesa Diretora do biênio 2018/2019 para o novo mandato. A Corte maranhense considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do Tribunal de Justiça do Maranhão. Na publicação do edital, o TJMA considerou também o precedente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos autos do PCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, no qual figura como Requerido o Tribunal de Justiça do Piauí.

Des. Marcelo Carvalho e Dep. Yglesio respondem ao Blog

A pedido do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a assessoria de comunicação entrou em contrato com o Blog do Domingos Costa para enviar esclarecimento acerca do post “Esposa do Dep. Yglésio foi beneficiada com liminar para se matricular em curso de medicina”.

O magistrado diz que “os fundamentos da decisão datada de 06 de dezembro de 2016, tratou de transferência entre universidades particulares - caso distinto do mencionado - e se deu de acordo com parecer da Procuradoria Geral da Justiça e com votos, além do desembargador Relator, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Nelma Celeste Sarney Costa, membros da 2ª Câmara Cível do TJMA. Segue ainda certidão de trânsito em julgado da referida decisão.” - Aco?rda?o - Certida?o Tra?nsito em Julgado -.

- Yglésio

Por sua vez, o deputado estadual Yglésio Moyses (sem partido) alega que sua esposa, Juliana Britto cursava medicina em instituição privada e solicitou, via judicial, transferência para a Universidade Ceuma, em São Luís - outra privada. Em discurso na Assembleia, à época da revelação do Caso Uema/Caixas, por sinal, Yglésio defendeu justamente esse tipo de transferência: entre instituições particulares. “Particular transfere para particular. Não tem que vir transferido, sob liminar, para a pública”, declarou, na ocasião.

TJ-MA: 1º mandato de José Joaquim acaba, mas o 2º já começou...

Os desembargadores eleitos prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano, desembargador Bayma Araújo.

O biênio 2018/2019 do desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos como presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão terminou, mas o segundo mandato de J.J no comando do Palácio Clovis Bevilacqua inciou logo nesta quarta-feira (11), ocasião que o magistrado foi empossado para mais quatro meses à frente do TJ-MA.

Este novo mandato de J.J segue até o dia 24 de abril de 2020, conforme eleição realizada no último dia 20 de março. Os atuais vice-presidente e corregedor-geral, desembargadores Lourival de Jesus Serejo e Marcelo Carvalho Silva, respectivamente, também continuam nos cargos.

A eleição excepcional da Mesa Diretora do Poder Judiciário para o mandato tampão ocorreu conforme o que está estabelecido no Edital nº 1/2019, na forma do artigo 102, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura (Lomam). A Corte considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do TJ-MA.

Judiciário empossa Mesa Diretora para mandato tampão

Publicado em 11 de dezembro de 2019

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, Lourival Serejo e Marcelo Carvalho, tomaram posse, nesta quarta-feira (11), nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente.

Na solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, foi empossado pelo decano da Corte de Justiça, desembargador Bayma Araújo, fato inédito no Poder Judiciário.

A Mesa Diretora - mantida com os atuais membros dirigentes do biênio 2018/2019 - foi eleita no dia 20 de março, por unanimidade, pelos desembargadores da Corte estadual, para mandato tampão de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020.

Na solenidade, os desembargadores eleitos prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano, desembargador Bayma Araújo. Os termos de posse foram lidos pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão.

Na oportunidade, o desembargador Bayma Araújo, afirmou que se trata de uma data importante para a Justiça no Estado, “uma vez que, com a permanência dos membros dirigentes, será possível garantir a continuidade a uma gestão institucional que até agora se mostrou profícua e positiva para a sociedade e para a Justiça maranhense”, assinalou o decano da Corte, desembargador Bayma Araújo.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, ratificou o compromisso do Poder Judiciário de manter uma relação de proximidade com a sociedade, de forma a fortalecer a Justiça e garantir uma eficiente prestação jurisdicional, dando incondicional apoio aos magistrados na tarefa de julgar com eficiência e rapidez.

O desembargador Joaquim Figueiredo agradeceu a Deus, aos seus familiares, aos eminentes pares e a toda família judiciária pela confiança nele depositada.

“Sem dúvida alguma é uma responsabilidade tão grande quanto a que tive no dia 15 de dezembro de 2017, quando assumi o cargo de presidente da Corte Estadual de Justiça. Reafirmo o meu compromisso de continuar lutando pelo fortalecimento do Poder Judiciário, para que a Instituição continue promovendo a cidadania e garantindo à sociedade uma resposta efetiva e eficaz a todas às demandas que chegarem ao Judiciário”, frisou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente também reafirmou a responsabilidade do Poder Judiciário com o pacto republicano, mantendo uma relação equilibrada e harmônica com os poderes Executivo e Legislativo “de forma a favorecer sociedade com ações conjuntas que tragam resultados efetivos à sociedade, à cidadania e ao povo maranhense”.

A eleição excepcional da Mesa Diretora do Poder Judiciário para o mandato tampão ocorreu conforme o que está estabelecido no Edital nº 1/2019, na forma do artigo 102, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura (Lomam).

O pleito foi realizado por votação secreta, com a presença de 23 desembargadores, que mantiveram os ocupantes da Mesa Diretora do biênio 2018/2019 para o novo mandato.

A Corte maranhense considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na publicação do edital, o TJMA considerou também o precedente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos autos do PCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, no qual figura como Requerido o Tribunal de Justiça do Piauí.

Des. Marcelo Carvalho e Dep. Yglésio respondem ao Blog

A pedido do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, a assessoria de comunicação entrou em contrato com o Blog para enviar esclarecimento acerca do post “Esposa do Dep. Yglésio foi beneficiada com liminar para se matricular em curso de medicina”.

O magistrado diz que “os fundamentos da decisão datada de 06 de dezembro de 2016, tratou de transferência entre universidades particulares - caso distinto do mencionado - e se deu de acordo com parecer da Procuradoria Geral da Justiça e com votos, além do desembargador Relator, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antonio Guerreiro Júnior e Nelma Celeste Sarney Costa, membros da 2ª Câmara Cível do TJMA. Segue ainda certidão de trânsito em julgado da referida decisão.” - Aco?rda?o - Certida?o Tra?nsito em Julgado -.

- Yglésio

Por sua vez, o deputado estadual Yglésio Moyses (sem partido) alega que sua esposa, Juliana Britto cursava medicina em instituição privada e solicitou, via judicial, transferência para a Universidade Ceuma, em São Luís - outra privada. Em discurso na Assembleia, à época da revelação do Caso Uema/Caixas, por sinal, Yglésio defendeu justamente esse tipo de transferência: entre instituições particulares. “Particular transfere para particular. Não tem que vir transferido, sob liminar, para a pública”, declarou, na ocasião.

Blog do Domingos Costa

Juiz volta atrás e cancela liminar que reconduziu Expedito a presidência da Câmara de Codó

O Desembargador Antônio Guerreiro Junior, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), voltou atrás em sua decisão e revogou a liminar que determinou o retorno imediato de Expedito Carneiro a presidência da Câmara Municipal de Codó. A liminar havia sido expedida na última terça-feira (10).

Antônio Guerreiro Junior alega que foi induzido ao erro. A nova determinação da justiça recoloca Leonel Filho no comando do Poder Legislativo Codoense.

Presidente do SINPROESEMMA Professor Raimundo Oliveira acompanha de perto julgamento no STF dos Precatórios do FUNDEF

O Presidente do SINPROESEMMA Professor Raimundo Oliveira já está em Brasília para participar, às 14h, no Supremo Tribunal Federal, da sessão que vai dar prosseguimento ao julgamento dos Precatórios do Fundef.

Os ministros estão julgando se a União deve compensar os estados com repasses complementares ao Fundo. Devem ser julgadas ações dos estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão.

O julgamento teve início com a ação do Estado de Alagoas e até o pedido de vistas, feito pelo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, o placar ficou em 5 a 3 para que os recursos fiquem com Alagoas. Votaram a favor, o ministro Edson Fachin, relator, acompanhado pelos ministros Luís Roberto Barros, Luiz Fux, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski.

Abriram divergência os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Marco Aurélio de Melo.

"O Sinproessemma vem travando uma intensa luta pelos Precatórios do Fundef, tanto no campo jurídico quanto no campo político. Ombreado à CNTE permanecemos desenvolvendo várias estratégias para garantir que os recursos dos Precatórios fiquem com quem realmente pertencem, que são os profissionais da educação. Vamos continuar a luta e temos certeza que a organização e a mobilização vão nos trazer mais essa conquista", disse o presidente do Sinproessemma, Raimundo Oliveira.

Fonte: ASCOM - SINPROESEMMA

Justiça nega habeas corpus e mantém mandado de prisão contra Paulo Marinho

Em decisão prolatada nesta quarta-feira (11), o desembargador Eustáquio de Castro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, indeferiu o pedido de habeas corpus impetrado por meio de um agravo de instrumento pelos advogados do ex-prefeito de Caxias (MA) e deputado federal cassado por corrupção, Paulo Marinho, que tem em aberto contra si um mandado de prisão expedido pela juíza Lucimeire Maria da Silva, titular da Quarta Vara de Família da Circunscrição Judiciária de Brasília, que negara, em primeira instância, um pedido de liminar para expedição de um habeas corpus.

O processo de número 0726868-41.2019.8.07.0000 corre em segredo de justiça, porém, através do mero acompanhamento processual, de domínio público, é possível compreender tratar-se de mais uma ação de alimentos contra Paulo Marinho, que teve a prisão decretada por falta de pagamentos referentes ao período maio de 2013 e julho de 2019.

A defesa de PM alega que o alimentado é maior de idade, argumento que não convenceu o desembargador. Na avaliação do magistrado, o bem oferecido anteriormente em penhora “possui diversas restrições simultâneas e a parte não possui outros bens para garantir a execução, nem demonstrar meios para adimplir o débito, ou sequer adimplemento parcial ao longo dos anos que demonstre a boa-fé no pagamento da verba alimentar”.

Assim, não seria exagero nenhum afirmar que Paulo Marinho pode estar novamente a caminho da penitenciária de Pedrinhas, onde, aliás ele esteve, durante 48 dias, em outubro de 2017, pela mesma situação (veja na foto acima).

Veja os argumentos do desembargador para negar o habeas corpus e fundamentar a prisão de PM - clique aqui

Bayma Araújo empossa nova mesa diretora do Tribunal de Justiça

Solenidade instituiu mandato tampão que deve prosseguir até abril de 2020

O ESTADO DO MA

11/12/2019 às 17h12

O desembargador Bayma Araújo empossou hoje (11) a nova mesa diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão. Joaquim Figueiredo, Lourival Serejo e Marcelo Carvalho Silva assumiram os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente.

Os desembargadores prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano. Os termos de posse foram lidos pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão.

Eleita por unanimidade no dia 20 de março, a nova mesa diretora irá ocupar mandato tampão de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020. A eleição mesa diretora que deve assumir no fim de abril deverá acontecer na próxima quarta (18). Os principais nomes na disputa são os desembargadores Nelma Sarney e Lourival Serejo.

O desembargador Bayma Araújo, afirmou que "se trata de uma data importante para a Justiça no Estado, uma vez que, com a permanência dos membros dirigentes, será possível garantir a continuidade a uma gestão institucional que até agora se mostrou profícua e positiva para a sociedade e para a Justiça maranhense".

Joaquim Figueiredo ratificou o compromisso do Poder Judiciário de manter uma relação de proximidade com a sociedade, de forma a fortalecer a Justiça e garantir uma eficiente prestação jurisdicional, dando incondicional apoio aos magistrados na tarefa de julgar com eficiência e rapidez. "Reafirmo o meu compromisso de continuar lutando pelo fortalecimento do Poder Judiciário, para que a Instituição continue promovendo a cidadania e garantindo à sociedade uma resposta efetiva e eficaz a todas às demandas que chegarem ao Judiciário", disse.

ALTERAÇÃO

Joaquim Figueiredo deveria deixar o mandato agora. Contudo, em eleição excepcional a Corte maranhense considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do Tribunal de Justiça do Maranhão. O que possibilitou o "mandato tampão".

O TJMA também considerou o precedente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos autos do PCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, no qual figura como Requerido o Tribunal de Justiça do Piauí.

Posse

Foram empossados ontem os membros da mesa diretora do Tribunal de Justiça do Maranhão que ficará no comando do Poder Judiciário do Estado até abril de 2020.

Reassumiram em um mandato tampão o presidente José Joaquim Figueiredo, o vice-presidente Lourival Serejo e o corregedor geral de Justiça, Marcelo Carvalho.

O mandato tampão ocorre em consequência de mudança do regimento interno do TJ ocorrido no início deste ano.

Nova eleição

Os desembargadores da Corte Estadual se reunirão na próxima quarta-feira, 20, para escolher a nova mesa diretora do TJ para maio do próximo ano.

Por enquanto, na disputa pela presidência estão Nelma Sarney e Lourival Serejo. A primeira tenta pela segunda vez assumir o comando do TJ no estado.

Nos bastidores, se comenta que uma nova candidatura pode surgir. O desembargador Paulo Velten conversa com os colegas para verificar se consegue se viabilizar. Por enquanto, tudo não passa de especulações.

Conciliação Itinerante

Uma iniciativa do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão, o projeto Conciliação Itinerante realizou 215 atendimentos nos dois dias em que recebeu a população de Carutapera, primeiro município visitado durante a sexta edição da ação, no Fórum da Comarca. Foram realizadas 158 audiências envolvendo demandas processuais e não-processuais.

Conciliação Itinerante 2

Na última terça-feira, o presidente do Nupemec, desembargador José Luiz Almeida, e o juiz coordenador do Núcleo, Alexandre Abreu, intensificaram os diálogos com o objetivo de acertar parceria para a instalação de um centro de conciliação em Carutapera e deslocaram-se, também, para Cândido Mendes, onde anteciparam as conversas com lideranças do município.

Justiça concede liminar interditando unidades prisionais de Imperatriz e região

A pedido do Ministério Público do Maranhão, a Justiça concedeu, em caráter liminar, a interdição das unidades prisionais de Imperatriz: Penitenciária Regional de Imperatriz, Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz (CCPJ) e da Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis. A decisão proíbe o ingresso de novos detentos e não recebimento de presos de outras comarcas sem expressa autorização da autoridade judicial.

Publicada no dia 25 de novembro, a notificação foi enviada ao Ministério Público na última quarta, 4 de dezembro.

O pedido de interdição em caráter liminar foi feito pelo titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal, Domingos Eduardo da Silva. No documento, o promotor apontou que a Penitenciária Regional de Imperatriz, com capacidade para 204 presos, atualmente conta com 315 internos, um déficit de 54% da estrutura necessária.

Por conseguinte, a Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz, antiga CCPJ, possui atualmente 505 presos, mas só tem capacidade para 264, o que representa 91% a mais que a capacidade total. A Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis, com capacidade para 106 presos, possui hoje 162 internos, um total de 53% a mais.

Ainda no presídio de Davinópolis, a ala feminina já chegou a abrigar 56 internas em uma cela projetada para comportar apenas 24. "Todas as unidades carcerárias apresentam problemas estruturais, além do quadro reduzido de servidores até mesmo para atender minimamente às ordens judiciais", destacou o promotor Domingos Eduardo. (Iane Carolina / CCOM MPMA)

Judiciário empossa Mesa Diretora para mandato tampão

Os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, Lourival Serejo e Marcelo Carvalho Silva, tomaram posse, nesta quarta-feira (11), nos cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral da Justiça, respectivamente.

Na solenidade, o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, foi empossado pelo decano da Corte de Justiça, desembargador Bayma Araújo, fato inédito no Poder Judiciário.

A Mesa Diretora - mantida com os atuais membros dirigentes do biênio 2018/2019 - foi eleita no dia 20 de março, por unanimidade, pelos desembargadores da Corte estadual, para mandato tampão de 20 de dezembro de 2019 a 24 de abril de 2020.

Na solenidade, os desembargadores eleitos prestaram os juramentos de compromisso para o exercício dos cargos, perante o decano, desembargador Bayma Araújo. Os termos de posse foram lidos pelo diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão.

Na oportunidade, o desembargador Bayma Araújo, afirmou que "se trata de uma data importante para a Justiça no Estado, uma vez que, com a permanência dos membros dirigentes, será possível garantir a continuidade a uma gestão institucional que até agora se mostrou profícua e positiva para a sociedade e para a Justiça maranhense".

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Joaquim Figueiredo, ratificou o compromisso do Poder Judiciário de manter uma relação de proximidade com a sociedade, de forma a fortalecer a Justiça e garantir uma eficiente prestação jurisdicional, dando incondicional apoio aos magistrados na tarefa de julgar com eficiência e rapidez.

O desembargador Joaquim Figueiredo agradeceu a Deus, aos seus familiares, aos eminentes pares e a toda família judiciária pela confiança nele depositada.

"Sem dúvida alguma é uma responsabilidade tão grande quanto a que tive no dia 15 de dezembro de 2017, quando assumi o cargo de presidente da Corte Estadual de Justiça. Reafirmo o meu compromisso de continuar lutando pelo fortalecimento do Poder Judiciário, para que a Instituição continue promovendo a cidadania e garantindo à sociedade uma resposta efetiva e eficaz a todas às demandas que chegarem ao Judiciário", frisou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente também reafirmou a responsabilidade do Poder Judiciário com o pacto republicano, mantendo uma relação equilibrada e harmônica com os poderes Executivo e Legislativo "de forma a favorecer sociedade com ações conjuntas que tragam resultados efetivos à sociedade, à cidadania e ao povo maranhense".

MANDATO TAMPÃO

A eleição excepcional da Mesa Diretora do Poder Judiciário para o mandato tampão ocorreu conforme o que está estabelecido no Edital nº 1/2019, na forma do artigo 102, parágrafo único da Lei Orgânica da Magistratura (Lomam).

O pleito foi realizado por votação secreta, com a presença de 23 desembargadores, que mantiveram os ocupantes da Mesa Diretora do biênio 2018/2019 para o novo mandato.

A Corte maranhense considerou os termos do artigo 1º da Lei Complementar nº 212, de 12 de março de 2019, que alterou as datas de eleição e posse dos cargos de direção do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Na publicação do edital, o TJMA considerou também o precedente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos autos do PCA nº 0009531-47.2017.2.00.0000, no qual figura como Requerido o Tribunal de Justiça do Piauí. (Danielle Limeira / TJMA)

Cordel com Braulio Bessa é atração de sábado (14) no Natal do Maranhão

A programação do Natal do Maranhão recebe, neste fim de semana, o poeta cordelista Braulio Bessa entre as atrações da Vila Natalina montada em diversos pontos do Centro Histórico de São Luís. O show de cordel acontece no sábado (14), às 20h, no palco em frente ao Tribunal de Justiça, Praça Pedro II.

O cordelista cearense é autor do best-seller "Poesia que Transforma" e "Poesia com Rapadura". Este último chegou ao topo da lista de mais vendidos na Amazon. Braulio Bessa também tem quadro fixo no programa da Rede Globo Encontro com Fátima Bernardes'.

Na sexta-feira (13), destaque para o espetáculo de ballet Presente Natalino, apresentado por jovens bailarinas do Dançando e Educando, programa da Prefeitura de São Luís que oferece aulas gratuitas a alunas da rede municipal de ensino.

Outra atração de dança, neste fim de semana, será da Cia Ateliê de dança contemporânea, na programação de domingo, às 20h. No mesmo dia, em outro espaço da Vila Natalina, a programação infantil terá oficina e contação de histórias.

A programação do fim de semana conta ainda com Desfile Natalino, presença do Papai Noel, além das atrações diárias como a Árvore Cantante, o videomapping projetado na fachada do Palácio dos Leões, a Casa do Papai Noel, chuva de neve e uma linda iluminação.

A programação completa está disponível no cultura.ma.gov.br e redes sociais do Governo do Maranhão e Secretaria de Estado da Cultura (Sectur).